



## **MUNICÍPIO DE BARRANCOS**

### **CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE  
BARRANCOS, REALIZADA EM  
TREZE DE AGOSTO DE DOIS MIL E  
VINTE.

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, nesta Vila de Barrancos e no Salão de Reuniões da Junta de Freguesia de Barrancos, sendo nove horas, estando presentes os(as) senhores(as), João António Serranito Nunes, presidente, Maria Manuela Novalio Lopes, vice-presidente, Dalila Maria Alcario Lopes, (PS), Leonel Caçador Rodrigues (CDU) e José Manuel Côco Rodrigues (CDU), vereadores(as), comigo, Francisco José Pelicano Rúbio, técnico superior, da secção de recursos humanos e administração geral da UAF, servindo de secretário, teve lugar a primeira reunião ordinária deste órgão executivo, relativa ao corrente mês.

**ABERTURA DA REUNIÃO:** O senhor Presidente, depois de verificar as presenças, declarou aberta a reunião, passando de imediato à apreciação dos assuntos constantes da ordem de trabalhos.

#### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS**

**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXECUTIVO REALIZADA EM 23/07/2020:** A ata da reunião ordinária do executivo, realizada em 23 de julho de 2020, atendendo a que foram distribuídas cópias previamente a todos os presentes, foi dispensada a sua leitura, pelo que, o senhor Presidente, a colocou à consideração dos restantes membros, efetuadas as alterações solicitadas, o senhor Presidente submeteu-a à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

**APRECIÇÃO DO RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA N.º 126 DE 12/08/2020:** A Câmara Municipal tomou conhecimento do documento em título, cujo total de disponibilidades à data é de 703.884,40€ (setecentos e três mil, oitocentos e oitenta e quatro euros e quarenta centimos), sendo 655.312,03€ (seiscentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e doze euros e três centimos) de operações orçamentais e 48.572,36€ (quarenta e oito mil, quinhentos e sessenta e dois euros e trinta e seis centimos) de operações não orçamentais.

**APRECIÇÃO DA RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS AUTORIZADOS E/OU PAGOS NO PERÍODO DE 23/07/2020 A 12/08/2020:** A Câmara Municipal tomou conhecimento dos pagamentos efetuados e/ou autorizados no período em título, cujo total de pagamentos efetuados à data é de 175.029,38€ (cento e setenta e cinco mil, vinte e nove euros e trinta e oito centimos) em operações orçamentais.

**INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTE E VEREADORES:** O senhor Presidente, deu conhecimento à Câmara Municipal, que após novo teste da

Covid-19, à pessoa que continuava em quarentena deu negativo no passado dia seis de agosto, não existindo neste momento nenhum caso Covid-19 no concelho de Barrancos.

A Câmara Municipal, através do Serviço Municipal de Proteção Civil em articulação com as Autoridades de Saúde Pública, irá continuar a acompanhar a evolução da atual situação.

A senhora Vice-presidente, Manuela Lopes, deu conhecimento à Câmara Municipal, da reabertura ao público para breve, do Posto de Turismo e do Castelo de Noudar, no Museu poderão realizar-se visitas guiadas com marcação.

Quanto ao Jardim do Miradouro, está a ser avaliada a situação para reabertura do mesmo com restrição no acesso ao Parque Infantil e Casa de Convívio.

A senhora Vereadora, Dalila Lopes, deu conhecimento à Câmara Municipal, que foi lançado na plataforma o procedimento de consulta prévia para efeitos da candidatura ALT20-02-5673-FEDER-000087 “Desenvolvimento das infraestruturas de formação e ensino – infraestruturas educativas para o ensino escolar”, para aquisição de equipamento no âmbito da educação.

O senhor Vereador, José Rodrigues, quanto à reabertura dos serviços municipais, questionou, para quando está prevista a reabertura dos serviços administrativos da Câmara Municipal?

A senhora Vice-presidente, Manuela Lopes, esclareceu que estes serviços estão a ser reorganizados e equacionar a hipótese de reabertura ao público para o início de setembro.

## ORDEM DE TRABALHOS

**Deliberação n.º 083/CM/2020 – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DE 21/07/2020, EXARADO NA INF. N.º 32/2020/UAF/SGF, PROPOSTA DA 9ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR) E 10ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO ANO DE 2020 DO MUNICÍPIO DE BARRANCOS:** Submetido à votação, nos termos n.º 3, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal de Barrancos, deliberou por maioria, com duas abstenções dos membros da CDU e três votos a favor dos membros do PS, ratificar, o despacho do senhor Presidente de 21/07/2020, exarado na informação n.º 32/2020/UAF/SGF de 20/07, sobre a 9ª alteração permutativa às Grandes Opções do Plano (PPI E AMR) e a 10ª alteração permutativa ao Orçamento ano de 2020 do Município de Barrancos, a qual importa em reforço/anulação o valor total de €68.500,00 (sessenta e oito mil e quinhentos euros).  
(Aprovada em minuta - doc. um da pasta anexa).

**Deliberação n.º 084/CM/2020 – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DE 06/08/2020, EXARADO NA INF. N.º 33/2020/UAF/SGF, PROPOSTA DA 10ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI) E 11ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO ANO DE 2020 DO MUNICÍPIO DE BARRANCOS:** Submetido à votação, nos termos n.º 3, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal de Barrancos, deliberou por unanimidade, ratificar, o despacho do senhor Presidente de 06/08/2020, exarado na informação n.º 33/2020/UAF/SGF de 06/08, sobre a 10ª alteração permutativa às

Grandes Opções do Plano (PPI) e a 11ª alteração permutativa ao Orçamento ano de 2020 do Município de Barrancos, a qual importa em reforço/anulação o valor total de €12.254,00 (doze mil, duzentos e cinquenta e quatro euros).  
(Aprovada em minuta - doc. dois da pasta anexa).

**Deliberação n.º 085/CM/2020 – APRECIÇÃO E DECISÃO SOBRE O HORÁRIO EXCECIONAL DOS ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO E DE BEBIDAS, NO PERÍODO DE 28 A 31 DE AGOSTO DE 2020:** Considerando que:

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 55 A/2020, de 31 de Julho declara a situação de contingência e alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID -19.

A referida resolução no seu artigo 18º n.º 1 determina que “permaneçam encerrados, por via de Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, na sua redação atual, os bares, outros estabelecimentos de bebidas sem espetáculos e os estabelecimentos de bebidas com espaços de dança;”

Não obstante, sem prejuízo do estipulado, os bares, outros estabelecimentos de bebidas sem espetáculo e os estabelecimentos de bebidas com espaço de dança podem funcionar como cafés ou pastelarias, sem necessidade de alteração da respetiva classificação de atividade económica desde que, fundamentalmente, observem as regras e orientações em vigor e as especificamente elaboradas pela DGS para estes estabelecimentos;

Este ano não ocorrerão as Festas em Honra de N.ª S.ª da Conceição, no período de 28 a 31 de agosto não vigorará o estabelecido na alínea d), do ponto 4, do Art.º 3º do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços no Município de Barrancos.

Face ao exposto, sob proposta do seu Presidente, a Câmara Municipal, deliberou por maioria, com duas abstenções dos membros da CDU e três votos a favor dos membros do PS, o seguinte:

1 - O horário de encerramento dos bares, outros estabelecimentos de bebidas sem espetáculo e os estabelecimentos de bebidas com espaços de dança, seja impreterivelmente, até à 1h00m;

1.1 - A partir das 00h00m o acesso ao público fique excluído para novas admissões;

1.2 - As esplanadas dos referidos estabelecimentos sejam encerradas até às 00h00m.

2 - O funcionamento de estabelecimentos de restauração e similares ficam sujeitos às mesmas regras, na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 55-A/2020 de 31 de julho, devendo também observar o encerramento das respetivas esplanadas até às 00h00m.

3 – Desta decisão deve ser dado conhecimento aos responsáveis dos referidos estabelecimentos.

(Aprovada em minuta - doc. três da pasta anexa).

**Deliberação n.º 086/CM/2020 – APRECIÇÃO E DECISÃO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM DO MUNICÍPIO DE BARRANCOS – 2021 E AS NORMAS DE PARTICIPAÇÃO:** Com o desenvolvimento das Agendas Locais 21, nos anos 1990-2005, muitos foram os Municípios que começaram a executar projetos experimentais de “orçamentos participativos”, nas suas modalidades “gerais”, “setoriais” ou “jovem”, incluindo o governo da República, que iniciou este processo em 2018, através do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ).

Procurando a intervenção ativa dos jovens nos processos de decisão do conselho, pretende o Executivo Municipal implementar um projeto de participação juvenil no Orçamento para 2021, que deve estar aprovado pela CMB até finais de outubro.

Sendo um projeto pioneiro e experimental, não se pretende, nesta fase inicial, partir para a criação de um regulamento. Considerando-se suficientes a elaboração de um conjunto de normas de participação, que permitam simplificar o processo de implementação e ao mesmo tempo avaliar os procedimentos da iniciativa, no seu todo.

Pela informação nº 38/UASC/2020, de 21/7, procedeu a UASC ao enquadramento, explicação e definição do conceito de “orçamento participativo”, cujo modelo se pretende implementar já para o orçamento de 2021, seguindo um modelo experimental.

Assim, dado que nada obsta a que sejam aprovadas, pela CMB, as Normas de Participação do Orçamento Participativo Jovem do Município de Barrancos – 2021, abreviadamente *OPJ MB 2021*, a Câmara Municipal, sob proposta da senhora Vice-presidente, Manuela Lopes, ao abrigo da alínea ff) do nº 1 do artigo 33º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12/9, deliberou por maioria, com duas abstenções dos membros da CDU e três votos a favor dos membros do PS, aprovar as presentes normas a seguir transcritas na íntegra:

#### *“TRANSCRIÇÃO DAS NORMAS DE PARTICIPAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM DO MUNICÍPIO DE BARRANCOS – 2021*

### **Preâmbulo**

O exercício da cidadania exige envolvimento, participação e aprendizagem. A implementação, no Município de Barrancos, do Orçamento Participativo Jovem, vai de encontro a essas exigências, permitindo adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas dos jovens e aumentar a transparência da atividade da Autarquia, o nível de responsabilização dos eleitos e da estrutura municipal, contribuindo para reforçar a qualidade da democracia.

Ao promover o Orçamento Participativo Jovem, estaremos a proporcionar aos jovens do Município de Barrancos a possibilidade de apresentar as suas preocupações, de formular opiniões, de debater as suas ideias, de aprender a negociar, de desenvolver um espírito crítico, contribuindo para a resolução dos problemas da sua terra, em matérias que lhe dizem diretamente respeito, fundamentais para o seu futuro e para o desenvolvimento de Barrancos.

### **Capítulo I – Caracterização**

#### **Artigo 1.º**

#### **Denominação e Enquadramento**

A presente decisão estabelece um conjunto de regras de operacionalização, aplicáveis ao Orçamento Participativo Jovem do Município de Barrancos - 2021, doravante designado OPJ MB 2021.



## **Artigo 2.º**

### **Objetivos**

1 - O OPJ MB 2021 visa contribuir para o exercício de uma intervenção informada, ativa e responsável dos jovens nos processos de governação local, garantindo a sua participação e das organizações da sociedade civil na decisão sobre a afetação de recursos públicos às políticas públicas municipais.

2 – Esta participação tem como objetivos gerais:

- a) Reforçar a qualidade da democracia e dos seus instrumentos, valorizando a democracia participativa no quadro da Constituição da República Portuguesa;
- b) Fomentar a participação ativa e informada dos cidadãos jovens nos processos de decisão, favorecendo a existência de uma sociedade civil forte e ativa, que prossiga o desenvolvimento coeso nos planos económico e social e o correspondente aumento da qualidade de vida;
- c) Promover a participação dos jovens na definição de políticas públicas adequadas às suas necessidades e conformes às suas opiniões;
- d) Reforçar a educação para a cidadania e o sentimento de pertença ao todo comunitário, incentivando a atuação cidadã responsável, mediante a promoção do contacto privilegiado dos cidadãos jovens com os entes públicos, envolvendo-os na permanente definição da responsabilidade pública.

## **Artigo 3.º**

### **Âmbito Territorial**

O OPJ MB 2021 é aplicável ao território do município de Barrancos e abrange todas as áreas de competência da Câmara Municipal de Barrancos.

## **Artigo 4.º**

### **Recursos Financeiros**

A Câmara Municipal de Barrancos prevê que a verba para o OPJ MB seja definida anualmente em sede de Orçamento Municipal.

Para o ano de 2021 a verba atribuída será de 15.000,00€.

## **Capítulo II – Órgãos, Composição e Competências**

### **Artigo 5.º**

#### **Órgãos do OPJ MB 2021**

É órgão do OPJ MB 2021 a Comissão Técnica de Apoio e Análise.

### **Artigo 6.º**

#### **Comissão Técnica de Apoio e Análise**

- 1 - A análise das propostas é efetuada pela Comissão Técnica de Apoio e Análise (CT).
- 2 - A Comissão Técnica de Apoio e Análise é composta pelo Presidente da Câmara Municipal e três técnicos da Câmara Municipal de Barrancos, de diferentes pelouros, designados por despacho do Presidente da Câmara Municipal.



3 - Sempre que se julgue necessário e o teor dos projetos apresentados assim o justifique, poderão integrar a Comissão Técnica de Apoio e Análise elementos de outras áreas técnicas, da Câmara Municipal de Barrancos, sob proposta da CT.

4 - A coordenação da Comissão Técnica de Apoio e Análise ao OPJ MB 2021 será assumida pelo Presidente da Câmara Municipal de Barrancos, a qual poderá ser, por este, delegada na Vice-presidente.

#### **Artigo 7.º**

#### **Competências da Comissão Técnica de Apoio e Análise**

1 - Compete à Comissão Técnica de Apoio e Análise:

- a) Elaborar as fichas de inscrição;
- b) Planear e coordenar o desenvolvimento do OPJ MB 2021;
- c) Acompanhar a execução das diferentes fases do OPJ MB 2021;
- d) Validar tecnicamente as propostas elaboradas pelos jovens, para discussão e votação;
- e) Analisar as reclamações e decidir sobre as mesmas;
- f) Efetuar a gestão operacional do OPJ MB 2021;
- g) Verificar a identidade e legitimidade dos participantes;
- h) Promover a implementação dos projetos aprovados, fazendo a sua monitorização.

2 - Do relatório da CT, com a indicação das propostas admitidas e/ou excluídas, cabe reclamação a apresentar pelos proponentes, no prazo de 5 dias úteis, contados a partir do dia seguinte à publicação dos resultados e/ou da sua notificação aos interessados.

3 - Terminado o prazo de audiência prévia, previsto no número anterior, ou decididas as reclamações apresentadas, a CMB pública a lista definitiva dos projetos a submeter à votação na plataforma eletrónica do OPJ MB 2021, ordenadas com base na data/registo de entrada.

### **Capítulo III – Participação, Aprovação, Votação e Execução**

#### **Artigo 8.º**

#### **Participantes**

1 - Podem apresentar propostas ao OPJ MB 2021 os cidadãos residentes em Barrancos, com idade igual ou superior a 15 anos e até aos 35 anos inclusive.

2 - As propostas podem ser apresentadas a título individual ou em grupo.

3 - Não é admitida a participação de entidades coletivas, designadamente de empresas, associações, fundações e outros grupos de cidadãos formalmente constituídos.

#### **Artigo 9.º**

#### **Apresentação das Propostas**

1 - As propostas deverão ser apresentadas, exclusivamente, mediante o preenchimento do formulário próprio, disponível no sítio eletrónico do Município de Barrancos e no serviço municipal coordenador do projeto (UASC).

2 - As propostas, devem ser entregues, no prazo fixado no número anterior, em formato digital, através do endereço de correio eletrónico disponibilizado para o efeito.

3 - As propostas podem, ainda, ser entregues pessoalmente na CMB/UASC, ou enviadas pelo correio com aviso de receção para: Município de Barrancos – Unidade de

Ação Sociocultural, Praça do Município n.º 2, 7230-030 Barrancos, desde que, acompanhadas do respetivo ficheiro em formato digital.

4 - As propostas deverão, ainda, ser obrigatoriamente acompanhadas de uma memória descritiva, justificando o projeto, com indicação do nome/título do projeto, planta de localização, foto do local e o orçamento (custo) estimado.

5 - Cada proposta dá origem apenas a um projeto.

6 - As propostas, bem como todos os elementos de apoio enviados, que forem adaptados a projeto passam a ser propriedade da Câmara Municipal de Barrancos.

7 - Com a apresentação de propostas os jovens aceitam as normas de funcionamento do Orçamento Participativo Jovem.

### **Artigo 10.º**

#### **Aprovação e Exclusão**

1 - Serão aprovadas as propostas que obedeçam aos seguintes critérios:

a) Sejam concretas, bem delimitadas na sua forma de execução e orçamento, e devidamente fundamentadas, para uma melhor análise.

2 - As propostas que forem consideradas semelhantes e para a mesma localização, podem ser agregadas numa só proposta, mediante aceitação escrita dos proponentes e passando a ter a indicação de todos os intervenientes.

3 - Não serão aprovadas as propostas que:

- a) Ultrapassem o montante de 15.000,00€, previsto no artigo 4.º;
- b) Configurem pedidos de apoio ou prestação de serviços, designadamente, por estarem protegidas por direitos de propriedade intelectual;
- c) Contrariem, ou sejam incompatíveis com planos ou projetos municipais;
- d) Estejam a ser executadas no âmbito dos documentos previsionais do Município e receber outro financiamento para o mesmo fim;
- e) Sejam tecnicamente inexecutáveis;
- f) Sejam genéricas ou muito abrangentes, não permitindo a sua transformação em projeto;
- g) Evidenciem aproveitamento indevido em prol de pessoa singular ou coletiva;
- h) Seja omitido, no local respetivo do formulário, a idade, a data de nascimento e a morada do proponente ou proponentes.

### **Artigo 11.º**

#### **Publicação da Lista de Propostas a Votação**

1 - Após a análise técnica das propostas é elaborada e divulgada, no sítio oficial da Câmara Municipal de Barrancos, a lista final de propostas a submeter a votação.

2 - Antes de iniciar o período de votação, haverá lugar a uma apresentação, em local e data a definir, das propostas/projetos, pelos seus autores.

### **Artigo 12.º**

#### **Regras aplicáveis à votação**

1 - Podem votar nas propostas admitidas ao OPJ MB 2021 todos os cidadãos residentes em Barrancos, com idade compreendida entre os 15 e os 35 anos, inclusive, cabendo a cada cidadão apenas um voto.

2 - A votação das propostas finalistas será efetuada através de meios digitais constantes na página de internet do Município, em [www.cm-barrancos.pt](http://www.cm-barrancos.pt), ou presencialmente no Edifício dos Paços do Concelho.

3 – Cada cidadão votante deve indicar o respetivo número de identificação civil, ou, no caso dos cidadãos estrangeiros, o número do seu título de residência.

4 – Após o período de votação, os serviços da Câmara Municipal irão proceder à validação das condições de elegibilidade dos jovens que exerceram o direito de voto, não sendo admitidos os que não cumpram os critérios definidos nestas normas de participação.

5 - Em caso de empate na votação, será declarado vencedor o projeto cuja proposta tenha sido apresentada em primeiro lugar (ordem de registo/entrada).

### **Artigo 13.º**

#### **Projeto vencedor e apresentação de resultados**

1 - O projeto vencedor será aquele que recolher o maior número de votos.

2 - O resultado da votação será publicado nos suportes de comunicação da Câmara Municipal de Barrancos.

3 – No presente OPJ MB 2021 não há prémios monetários para o proponente ou proponentes do projeto vencedor, mas ficam os seus autores com o direito a registar o seu nome/nomes no mesmo, observando a sua natureza material ou imaterial.

### **Artigo 14.º**

#### **Execução da proposta mais votada**

1 - A proposta vencedora será implementada pelos serviços do Município de Barrancos, até ao final de 2021, sob gestão da divisão responsável pela área temática da proposta vencedora, em estreita colaboração com o(s) seu(s) proponente(s), sem prejuízo de envolvimento ou articulação com outras entidades na sua concretização.

2 - Os projetos que resultarem de ajustes técnicos ou alterações, por parte dos serviços da Câmara Municipal, podem não corresponder na íntegra à proposta realizada, devendo, no entanto, manterem-se fieis à ideia base do(s) autor(es).

## **Capítulo V – Disposições Finais**

### **Artigo 15.º**

#### **Dúvidas e Omissões**

Quaisquer dúvidas ou omissões relativas interpretação e aplicação destas normas serão resolvidas, individualmente, pela Comissão Técnica de Apoio e Análise.

### **Artigo 16.º**

#### **Gestão do processo**

A coordenação e gestão de todo o processo do OPJ MB 2021 é da competência da UASC, sob orientação do Presidente da Câmara Municipal de Barrancos, a qual poderá ser, por este, delegada na Vice-presidente.

### **Artigo 17.º**

#### **Monitorização**



Os resultados de todas as etapas do processo do OPJ MB 2021 serão avaliados com o objetivo de um contínuo aperfeiçoamento do sistema.

### **Artigo 18.º** **Entrada em vigor**

A presente deliberação, entra em vigor no dia útil seguinte à sua publicação na página eletrónica do Município de Barrancos, e nos locais do costume da Vila de Barrancos.  
(Aprovada em minuta - doc. quatro da pasta anexa).

**Deliberação n.º 087/CM/2020 – APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS DE MÉRITO AOS MELHORES ALUNOS DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE BARRANCOS – ANO LETIVO 2019/2020:**  
Em cumprimento do artigo 4º do Regulamento Municipal dos Prémios de Mérito aos Melhores Alunos, veio o diretor do Agrupamento de Escolas de Barrancos (AEB), ouvido o conselho pedagógico, apresentar os elementos justificativos da seleção para os “*melhores alunos relativos ao ano 2019/2020*”, sendo selecionado um por cada ano curricular (do 1º ao 9º anos).

Cumpridos os requisitos regulamentares, estamos em condições de atribuir os prémios relativos ao ano letivo 2019/2020.


Ao abrigo e nos termos da alínea h), do nº 1 do artigo 33º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Câmara Municipal de Barrancos, em cumprimento do artigo 5º do regulamento citado, deliberou por unanimidade, o seguinte:

1 – Atribuir aos alunos do Agrupamento de Escolas de Barrancos, abaixo identificados, os prémios de Mérito aos Melhores Alunos do AEB, relativo ao ano letivo 2019/2020:

Ano Curricular	Aluno (média de classificação)	Valor €)
1º	António Manuel Violante Segão (Muito Bom)	70,00
2º	Lorena Marcelo Pica (Muito Bom)	70,00
3º	André Marcelo Domingues (Muito Bom)	70,00
4º	Beatriz Reganha Gonçalves (Muito Bom)	70,00
5º	Francisco Rodrigues Torrado (média: 4,73)	100,00
6º	Eva Ramos Garcia (média: 4,64)	100,00
7º	Cármén Marcelo Nunes (média: 4,23)	100,00
8º	Beatriz Carvalho Leal (média: 4,46)	100,00
9º	Leonor da Cruz Charrama (média: 5,0)	150,00
Montante total		830,00

2 – De acordo com o estabelecido no Programa de Intervenção Municipal Educação do Orçamento do Município para 2020 os Prémios de Mérito, em valor pecuniário, serão pagos pelo Município, à ordem do encarregado de educação a indicar na resposta à notificação desta decisão, sendo entregues em data a marcar oportunamente.

(Aprovada em minuta - doc. cinco da pasta anexa).



**Deliberação n.º 088/CM/2020 – APRECIACÃO E APROVAÇÃO DAS CANDIDATURAS PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL DO PASSE ESCOLAR - ENSINO SECUNDÁRIO - ANO LETIVO 2020/2021:** Pela deliberação n.º 79/CM/2020, de 23 de julho, foi determinada a abertura das candidaturas para a apresentação dos pedidos de comparticipação de passe escolar (Ensino Secundário), dos alunos residentes em Barrancos que frequentam, ou vão iniciar os estudos num estabelecimento de ensino secundário ou profissional em Moura.

Decorreram de 24 a 30 julho as candidaturas para apresentação dos pedidos de comparticipação de passe escolar.

Nos termos do artigo 8º do Regulamento procederam os serviços da UASC à análise das 32 candidaturas apresentadas, conforme consta da Informação n.º 43/UASC/2020, de 31/07, que se anexa.

Assim:

Em face do exposto, a Câmara Municipal, sob proposta da vereadora, Dalila Lopes, exarada na informação acima mencionada, resolve por, unanimidade, o seguinte:

Artigo 1º - Autorizar a comparticipação municipal no transporte escolar do ensino secundário correspondente à totalidade do tarifário/preço, no ano letivo 2020/2021, tendo como destinatários os alunos constantes da listagem.

Artigo 2º - Excluir o candidato n.º 30, por não cumprir o estabelecido no número 1 do artigo primeiro do Regulamento.

Nº	Nome do aluno	Ano	Curso	Escola
1	Afonso Costa Pulido Mira	10	Ciências Socioeconómicas	E.S. Moura
2	Alexandra Mª N. S. Albergaria	12	Ciências Socioeconómicas	E.S. Moura
3	Alice Ambrósio Relhana	10	Ciências Socioeconómicas	E.S. Moura
4	António Fernandes Garcia Damião	10	Línguas e Humanidades	E.S. Moura
5	Beatriz Garcia Rodrigues	11	Ciências e Tecnologias	E.S. Moura
6	Cármén Bergano Escoval	10	Ciências e Tecnologias	E.S. Moura
7	Carolina Costa Pulido Mira	12	Ciências Socioeconómicas	E.S. Moura
8	Carolina Costa Reganha Peres	11	Ciências e Tecnologias	E.S. Moura
9	Dalila Novalio Prata	12	Ciências Socioeconómicas	E.S. Moura
10	Daniela Reganha Marcelo	11	Línguas e Humanidades	E.S. Moura
11	Diana Monteiro Caçador	10	Ciências e Tecnologias	E.S. Moura
12	Diana Pão-Duro Carvalho	12	Ciências e Tecnologias	E.S. Moura
13	Dina Isabel Caçador Ramos	12	Línguas e Humanidades	E.S. Moura
14	Francisco Bergano Escoval	12	Línguas e Humanidades	E.S. Moura
15	Joana Isabel Alves Pica Bergano	10	Ciências e Tecnologias	E.S. Moura
16	João Carlos Godinho Fernandes	12	Línguas e Humanidades	E.S. Moura
17	José Rubio Godinho	10	Ciências e Tecnologias	E.S. Moura
18	Lara Filipa Segão Guerreiro	10	Ciências e Tecnologias	E.S. Moura
19	Leonor Cruz Charrama	10	Ciências e Tecnologias	E.S. Moura
20	Luís Bergano Alcario	10	Línguas e Humanidades	E.S. Moura
21	Luís Filipe Rodrigues Ramos	11	Línguas e Humanidades	E.S. Moura



22	Margarida Isabel Baleizão Veigas	11	Línguas e Humanidades	E.S. Moura
23	Margarida Pão-Duro Bergano Pica	10	Línguas e Humanidades	E.S. Moura
24	Maria Carvalho Rubio	10	Ciências e Tecnologias	E.S. Moura
25	Maria Margarida R. Calhaco	12	Ciências e Tecnologias	E.S. Moura
26	Maria Pilar Torrado Gavino	12	Línguas e Humanidades	E.S. Moura
27	Miguel Bergano Godinho	10	Línguas e Humanidades	E.S. Moura
28	Miguel Durão Fernandes	10	Ciências e Tecnologias	E.S. Moura
29	Ricardo Sousa Gavino	11	Línguas e Humanidades	E.S. Moura
30	Rodrigo Maleno Reganha	10	Produção Agrícola e Animal	E. P. D. R. S. *
31	Ruben Filipe Batista Pica	12	Ciências e Tecnologias	E.S. Moura
32	Tomás Lopes Bergano	11	Línguas e Humanidades	E.S. Moura

\*Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa.  
(Aprovada em minuta - doc. seis da pasta anexa).

**Deliberação n.º 089/CM/2020 – APRECIACÃO E APROVAÇÃO DAS MEDIDAS DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR E APOIOS FINANCEIROS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO PARA O ANO LETIVO 2020/2021:** O Regulamento da Ação Social Escolar de Barrancos (ASE), remete para decisão anual da CMB, a definição, entre outros, das medidas de ação social escolar e os apoios financeiros para cada ano letivo.

Neste sentido, a presente decisão, no desenvolvimento do regime estabelecido no regulamento da ASE, procede à definição:

- Dos auxílios económicos para material escolar a conceder aos alunos do 1º ciclo do ensino básico (artº 6º);
- Da comparticipação para material didático e pedagógico na educação pré-escolar e no 1º ciclo do EB (arts. 9º e 10º), a conceder ao Agrupamento de Escolas de Barrancos;
- À aprovação da tabela de pagamentos das famílias pela frequência das atividades de animação e de apoio às famílias na educação pré-escolar, podendo esta, numa inovação regulamentar, constituir receita do agrupamento escolar (art 19º).

Assim:

No desenvolvimento do regime estabelecido no Regulamento Municipal da Ação Social Escolar de Barrancos, a Câmara Municipal de Barrancos, deliberou por unanimidade, o seguinte:

#### Artigo 1º

(Comparticipação financeira para material escolar no 1º ciclo do EB)

O valor máximo dos auxílios económicos no âmbito da ASE, para material escolar aos alunos do 1º ciclo do EB, será o seguinte:

- Para o Escalão A – € 16,00;
- Para o Escalão B – € 8,00.

#### Artigo 2º

(Comparticipação familiar para alimentação na educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico)

O montante da comparticipação familiar na alimentação (almoço do refeitório escolar), na educação pré-escolar e no 1º ciclo do EB, é indexado ao fixado pelo ministério da Educação, para o Escalão A e B.

### Artigo 3º

(Comparticipação para material didático/pedagógico na educação pré-escolar)

1 - O apoio financeiro a conceder pela CMB ao Agrupamento de Escolas de Barrancos (AE), previsto no artigo 9º do regulamento da ASE, é fixado em € 1000/sala de atividade, sendo transferidos em duas prestações, da seguinte forma:

- a) 1ª Prestação – até final do 1º período;
- b) 2ª Prestação – até ao final do 2º período do ano letivo.

### Artigo 4º

(Comparticipação para material didático/pedagógico no 1º ciclo do ensino básico)

1 - O apoio financeiro a conceder pela CMB ao Agrupamento de Escolas de Barrancos (AE), previsto no artigo 10º do regulamento da ASE, é fixado em € 60,00/aluno.

2 – A comparticipação total calculada de acordo com o nº 1 nunca poderá ser inferior a € 1000/sala de aula, sendo transferidos em duas prestações, da seguinte forma:

- a) 1ª Prestação – até final do 1º período;
- b) 2ª Prestação – até ao final do 2º período do ano letivo.

### Artigo 5º

(Tabela de comparticipação familiar nas Atividades de Animação e de Apoio às Famílias na educação pré-escolar)

1 – A tabela de comparticipação familiar pela frequência da AAAF (ex-CAF), a que se refere o artigo 19º do Regulamento da ASE, é a seguinte:

Escalão da Ação Social Escolar e sua equivalência ao escalão do Abono Família	Comparticipação Familiar	
	Prestação mensal (€) (Atividades antes ou depois do período diário das atividades educativas)	Preço da Refeição/dia (€)
Escalão A da ASE – equivalente ao escalão 1 do abono de família (Rendimento anual da família igual ou inferior a € 3.071,67)	Isento	isento
Escalão B da ASE – equivalente ao escalão 2 do abono de família (Rendimento anual da família entre € 3.071,68 a € 6.143,34)	5,00	0,73 (50% do valor fixado pelo ME)
Escalão C da ASE – equivalente ao escalão 3 do abono de família (Rendimento anual da família entre € 6.143,35 a € 9.215,01)	10,00	1,46 (Valor fixado pelo ME)
Escalão D da ASE – equivalente aos escalões 4 e 5 do abono de família (Rendimento anual da família igual ou superior a € 9.215,02)	20,00	

2 - Excecionalmente, pode o encarregado de educação declarar que opta pelo pagamento da prestação mensal máxima, ficando dispensado de apresentação de documento comprovativo do escalão de abono de família emitido pela entidade processadora.

3 - Para pagamento da prestação familiar devida pelas AAAF, antes ou depois do período diário das atividades educativas, são fixados as seguintes condições:

- a) O pagamento da comparticipação familiar é devido a partir da data da aceitação da inscrição, sendo pagas as mensalidades entre 1 de outubro de 2020 e 30 de junho de 2021;
- b) Em caso de doença, devidamente justificadas por atestado médico, por período superiores a 30 dias, não haverá lugar a pagamento de mensalidade.
- c) O pagamento da comparticipação familiar na parte da componente prolongamento, deve ser efetuado até ao dia 8 do mês imediato à frequência, na CMB/STL;
- d) O pagamento da comparticipação familiar na parte da componente Alimentação, deve ser efetuado na Secretaria do Agrupamento de Escolas de Barrancos, nos termos e nas condições a fixar pelo seu diretor.

#### Artigo 6º

(Manutenção da suspensão do nº 3 do art. 20º do Regulamento da ASE)

O nº 3 do artigo 20º do Regulamento da ASE, suspenso pela deliberação nº 133/CM/2016, de 31/10, continua suspenso para o ano letivo 2020/2021.

#### Artigo 7º

(Produção e efeitos)

A presente deliberação produz efeitos no ano letivo 2020/2021.  
(Aprovada em minuta - doc. sete da pasta anexa).

**Deliberação n.º 090/CM/2020 – APRECIACÃO E AUTORIZAÇÃO DO PAGAMENTO DE SUBVENÇÃO APRESENTADO NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE APOIO ÀS FAMÍLIAS (PAF – BARRANCOS) PROCESSO N.º 08/2020:** Pelo requerimento de 16/07/2020, registado nos serviços sob n.º 1014/2020, de 20 de julho a que se refere o processo n.º 08/2020, vêm, Lina Abreu Mendes e Nelson José da Silva Cabeça, requerer o pedido de pagamento de subvenção, previsto no Regulamento do Programa Municipal de Apoio às Famílias de Barrancos, pelo nascimento do seu 5º filho, LINA MENDES CABEÇA, em 07/07/2020.

Com base no parecer favorável da UASC, a Câmara Municipal de Barrancos, sob proposta da Vereadora Dalila Lopes, deliberou por unanimidade, aprovar, o seguinte:

1 - É deferido o pedido de pagamento de subvenção, pelo nascimento da bebé, acima indicada, requerido ao abrigo do Programa Municipal de Apoio às Famílias de Barrancos (Versão consolidada - Deliberação n.º 10/AM/2008, de 29/4, alterada pela Deliberação n.º 5/AM/2009, de 29/4, Deliberação n.º 13/AM/2014, de 11/12 e Deliberação n.º 1/AM/2016, de 29/2), no montante de 2.200,00 euros.



2 – De acordo com o artigo 7º do regulamento, a subvenção ora aprovada, cessa no final do quinto mês de vida da criança, salvo se a criança se encontrar a frequentar a Creche de Barrancos, a partir do sexto mês do nascimento inclusive.

3 - O pagamento será efetuado ao progenitor, Nelson José da Silva Cabeça, residente em Barrancos, para o IBAN (conta bancária), indicada no formulário de candidatura.

(Aprovada em minuta - doc. oito da pasta anexa).

**Deliberação n.º 091/CM/2020 – APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DAS NORMAS DE FUNCIONAMENTO DA INCUBADORA DE EMPRESAS DO CONCELHO DE BARRANCOS:**

As incubadoras de empresas têm sido apontadas como atores importantes para o desenvolvimento de empresas e até de regiões. As incubadoras são criadas para facilitar o empreendedorismo, provendo condições mais favoráveis às empresas nascentes, até que possam crescer. Um dos benefícios apontados às incubadoras é a provisão de uma maior e qualificada interação social, de onde podem emergir possíveis colaborações.

A Câmara Municipal de Barrancos, ao abrigo de uma candidatura, reabilitou um espaço destinado a albergar a Incubadora de Empresas do Concelho de Barrancos. Para garantir uma correta implementação, acompanhamento e avaliação da atividade desenvolvida pela Incubadora, bem como, o seu eficiente funcionamento, é necessário que sejam definidas as normas de utilização deste novo equipamento.

Estas normas têm por base abrigar empresas por um período de tempo útil para que possam alcançar a maturidade necessária para a inserção no mercado (ou seja, a graduação).

Dentro da incubadora, as empresas nascentes dispõem de um ambiente adequado para o crescimento e desenvolvimento ideal, sendo o tempo de incubação, o período necessário para a ideia tornar-se um negócio maduro, pronto para caminhar por conta própria.

Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais, no âmbito da prossecução das atribuições dos municípios e da promoção do desenvolvimento, sob proposta do seu Presidente, a Câmara Municipal, deliberou por maioria, com dois votos contra dos membros da CDU, que apresentaram declaração de voto, abaixo transcrita na íntegra, e três votos a favor dos membros do PS, aprovar, nos termos do disposto na alínea m) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as Normas de Funcionamento da Incubadora de Empresas do Concelho de Barrancos, a seguir transcritas na íntegra:

*“TRANSCRIÇÃO DAS NORMAS DE FUNCIONAMENTO INCUBADORA DE EMPRESAS DO CONCELHO DE BARRANCOS:*

**Enquadramento Geral**

Nos termos do disposto na alínea m) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a promoção do desenvolvimento constitui uma das atribuições dos municípios. A prossecução das atribuições municipais previstas no n.º 2 do referido artigo 23.º permite que o Município adote políticas específicas de promoção do desenvolvimento concelhio, através das necessárias previsões normativas que garantam a adoção de medidas concretas em áreas específicas de atuação.

No Concelho de Barrancos, verifica-se a necessidade da criação de apoios municipais ao empreendedorismo e à definição de estratégias empresariais que, em simultâneo, tenham garantias de sustentabilidade e promovam o emprego local.

Consciente da importância do empreendedorismo para o desenvolvimento da região e dada a ausência de condições de apoio local para a inserção no mercado de trabalho, sobretudo pela via da criação do próprio emprego, o Município de Barrancos decidiu apostar na criação de uma estrutura que possa dar apoio ao lançamento de novas ideias de negócio, assim como permitir a potenciais empresários ou a outros profissionais a instalação no Concelho.

A incubação é um instrumento de diversificação de atividades, que contribui para a renovação e reinvenção do tecido empresarial e promove o aparecimento de empresas inovadoras. Genericamente, está associada à criação de riqueza, de empreendimentos, de inovação, de mudança, de emprego, de valor e de crescimento.

A Incubadora de Empresas de Barrancos constituindo-se, pois, como um espaço de acolhimento empresarial de excelência e de apoio ao empreendedorismo de base local, permite que as empresas incubadas usufruam de uma série de vantagens, sinergias e complementaridades que daí decorram, tais como: beneficiar de um espaço com custos reduzidos; desenvolver sinergias e trabalhar em rede; aceder aos contactos com outras empresas; promoção das empresas incubadas em eventos e iniciativas do município; participação em ações de formação desenvolvidas pelo Município; contribuir para aprofundar o conhecimento da região e dos seus stakeholders. Por esta razão, a Câmara Municipal de Barrancos decidiu submeter a reunião de Câmara Municipal a apreciação e deliberação das normas de funcionamento deste novo equipamento tecnológico municipal, que se pretende contribua para o desenvolvimento, promoção e inovação do território.

## **CAPÍTULO I**

### **Disposições Gerais**

#### **Artigo 1.º**

##### **Legislação Habilitante**

As presentes normas têm como leis habilitantes:

- a) Artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa;
- b) Artigo 33.º, n.º 1, alínea ff) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- c) Artigo 33.º, n.º 1, alínea k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- d) Artigo 25.º, n.º 1, alínea g) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **Artigo 2.º**

##### **Objeto**

1. As presentes normas definem as condições de adesão à "Incubadora de Empresas do Município de Barrancos", adiante designada por «Incubadora de Empresas», sita no Bairro do Ferragial da Rua de Angola, Lote 6, em Barrancos, bem como o processo de candidatura, seleção e apoios disponíveis a ideias de negócio, com potencial de crescimento e incubação.
2. As presentes normas definem também os procedimentos de funcionamento da Incubadora de Empresas de Barrancos, incluindo as condições de utilização, os espaços físicos e os serviços disponibilizados.

#### **Artigo 3.º**

##### **Finalidade**

A Incubadora de Empresas de Barrancos tem por finalidade apoiar empreendedores no processo de desenvolvimento sustentado de ideias de negócio e de empresas, concedendo-lhes apoio à criação e instalação de empresas, dando-lhes condições físicas e técnicas, no âmbito da sua atividade, contribuindo para a criação de riqueza e para o desenvolvimento sustentado do tecido empresarial do Município de Barrancos.

#### **Artigo 4.º**

##### **Destinatários**

1. As presentes normas são aplicáveis a empresas com projetos inovadores, diferenciadores e com potencial de crescimento, nomeadamente que visem a promoção e a realização de uma atividade económica de que resulte desenvolvimento para o Concelho e a criação de emprego.
2. Para efeitos das presentes normas, entende-se como empresa toda a pessoa individual ou coletiva, legalmente constituída, como empresário em nome individual ou trabalhadores independentes e demais formas de constituição legal.
3. Será dada prioridade às empresas que:
  - a) sejam promovidas por jovens do Concelho até à idade de 40 anos;
  - b) pessoas com 40 anos ou mais desde que o projeto se considere inovador e com elevado potencial de emprego;
  - c) se destinem a autoemprego dos promotores, quando residentes em Barrancos;
  - d) sendo externas ao Concelho, incluam no projeto a contratação de pessoas de Barrancos;
  - e) tenham como objeto principal uma ideia de negócio, com interesse para o território e com o intuito de criarem e gerirem os seus próprios negócios no Concelho de Barrancos;
  - f) apresentem atividades ligadas à área tecnológica, às áreas administrativas, turismo, animação, artesanato, ou outras áreas não conflituantes;
4. Excecionalmente, serão aceites até um máximo de 3 candidaturas de entidades oficiais não judiciárias, ou organizações e projetos que representem uma mais-valia e um serviço público para a comunidade.

#### **Artigo 5.º**

##### **Entidade Gestora**

1. A Incubadora de Empresas gerida por uma entidade externa ao Município, de acordo com o previsto na alínea k) do ponto 6 – Critérios de elegibilidade dos projetos, do Aviso de Concurso ALT20-53-2018-03, sendo responsável pela prestação dos serviços identificados.
2. A Entidade Gestora é, igualmente, responsável pelo acompanhamento do empreendedor desde a sua entrada na Incubadora até à sua saída, bem como pelo cumprimento dos objetivos inicialmente propostos.


#### **Artigo 6º**

##### **Prazo de permanência**

O prazo de permanência das empresas incubadas é de três anos, podendo, a pedido da interessada, ser renovado por mais um ano, mediante deliberação da entidade gestora, desde que não se encontrem na «Bolsa de Projetos» outras empresas interessadas.

#### **Artigo 7.º**

##### **Horário de funcionamento**

- 
1. Os serviços a disponibilizar pela Entidade Gestora são prestados no horário a definir por esta, tendo sempre em atenção o normal funcionamento das empresas incubadas.
  2. Compete a cada empresa incubada informar a Entidade Gestora do horário de funcionamento da atividade normal da empresa.
  3. É disponibilizada uma cópia das chaves de acesso às instalações da Incubadora de Empresas a cada uma das empresas incubadas com gabinete individual, ficando obrigada a informar a Entidade Gestora do(s) nome(s) do(s) colaborador(es) possuidores do duplicado da mesma.
  4. O acesso às instalações da Incubadora de Empresas, fora do horário que venha a ser definido e referido no n.º 1 do presente artigo, deve ser comunicado à Entidade Gestora e feito no restrito respeito das normas de segurança e mediante uma correta utilização do sistemas de controlo de acesso e sistema de alarme, nomeadamente, não disponibilizar o código de acesso a terceiros.

#### **Artigo 8.º**

##### **Uso e fruição do espaço**

1. Os gabinetes individuais destinam-se exclusivamente à instalação das empresas incubadas e para a realização e execução do seu objeto social.
2. A atribuição de espaços é intransmissível, não podendo a empresa incubada, a qualquer título, arrendar ou ceder, no todo ou em parte, as suas instalações, sob pena de resolução imediata e automática do contrato e consequente perda do direito à utilização da «Incubadora de Empresas».
3. A gestão dos gabinetes individuais é da inteira responsabilidade dos respetivos empreendedores, bem como a sua manutenção e bom estado de utilização.
4. A empresa incubada é responsável pela aquisição dos equipamentos e outros materiais necessários à execução da sua atividade.
5. É expressamente proibida a realização de quaisquer benfeitorias ou alteração das instalações cedidas, nomeadamente, a realização de pinturas ou colocação de elementos fixos sem autorização expressa da entidade gestora.
6. A empresa incubada terá de manter os espaços atribuídos em regime de utilização permanente e efetiva.

#### **Artigo 9.º**

##### **Obras e reparações das instalações**

1. A Entidade Gestora reserva-se o direito de inspecionar os espaços cedidos para comprovar o seu estado de conservação e de ordenar as reparações que considere necessárias para repor as instalações nas condições em que se encontravam à data da entrega.
2. A empresa incubada deverá executar as reparações que lhe venham a ser determinadas em consequência da inspeção prevista no número anterior, no prazo estabelecido pela Entidade Gestora.
3. Se a empresa incubada não proceder, no prazo estabelecido, às reparações determinadas pela Entidade Gestora, esta poderá mandar executar as reparações a expensas daquela, debitando-lhe, de seguida, os custos correspondentes.
4. A falta de reparação, por parte da empresa incubada, das reparações determinadas nos termos dos números anteriores ou o não pagamento atempado, nos prazos e termos fixados, poderá constituir fundamento para a imediata resolução dos efeitos do contrato de utilização das instalações da «Incubadora de Empresas» e consequente entrega das instalações livres de pessoas e bens.



## **Artigo 10.º**

### **Cessação temporária de atividade**

1. No caso de cessação temporária da atividade, a empresa incubada deve comunicar por escrito tal circunstância, indicando os fundamentos, a duração prevista da interrupção, a manutenção da produção de efeitos do contrato e o direito de utilização das instalações atribuídas, que ficará dependente de autorização expressa por parte da Entidade Gestora.
2. No limite, o indeferimento do pedido determina a resolução imediata do contrato de utilização das instalações da «Incubadora de Empresas».

## **Capítulo II**

### **Processo de candidatura**

## **Artigo 11.º**

### **Processo de candidatura**


1. As candidaturas à Incubadora podem ser apresentadas durante todo o ano civil.
2. As candidaturas encontram-se sujeitas às áreas de atividade definidas nas seguintes normas e à disponibilidade estrutural da Incubadora de Empresas.
3. O processo de candidatura tem início com o preenchimento do formulário de candidatura (Anexo I) a disponibilizar pela Entidade Gestora, nos serviços da Incubadora, o qual poderá ser apresentado por correio eletrónico, juntamente com os demais documentos solicitados, por correio ou entregue em mão nos serviços da Incubadora de Empresas.
4. A candidatura entregue por correio eletrónico só será considerada válida após envio, ao promotor do projeto, de um correio eletrónico com a confirmação da receção da mesma, não tendo esta informação valor de admissão enquanto empresa incubada.
5. As candidaturas deverão descrever a ideia de negócio/projeto detalhando as suas múltiplas dimensões, com particular relevo para as componentes tecnológicas diferenciadoras e de negócio, nos termos do formulário de candidatura. Este formulário terá como principal objetivo recolher o máximo de informação sobre o projeto e os seus promotores, de forma a garantir a existência de informação para análise e, simultaneamente, aferir o empenho por parte dos candidatos no acesso à incubação.
6. No ato de submissão da candidatura, os candidatos devem apresentar, para além do formulário, os documentos exigidos para a instrução da mesma, nomeadamente aqueles que comprovem as informações prestadas, assim como os documentos referidos no artigo seguinte.
7. A apreciação de candidaturas ocorrerá pela ordem de entrada das mesmas nos serviços da Incubadora de Empresas.
8. O Júri de apreciação das candidaturas, constituído conforme o artigo 15.º, agendará uma reunião presencial com o(s) empreendedor(es), com o objetivo de este(s) apresentar(em) o projeto candidatado e esclarecer outros aspetos vertidos na candidatura.
9. Todos os projetos candidatados farão parte de uma bolsa, denominada "Bolsa de Projetos".

## **Artigo 12.º**

### **Documentação**

1. Os projetos candidatos devem ser acompanhados dos seguintes documentos:
  - a) Formulário de candidatura a disponibilizar pela Entidade Gestora;



- 
- b) Curriculum vitae do(s) promotor(es);
  - c) Apresentação do Bilhete de Identidade e do Cartão de Identificação Fiscal, Cartão de Cidadão ou Título de Residência;
  - e) Certidões comprovativas da situação tributária regularizada perante a Segurança Social e Finanças;
  - f) Descrição do projeto candidatado;
  - g) Outros documentos entendidos como relevantes, entretanto, definidos pela entidade gestora.
2. Tratando-se de empresas já formalmente constituídas, deverão ser entregues cópias da declaração de início da atividade, da certidão de registo comercial e das certidões comprovativas da situação tributária regularizada perante a Segurança Social e Finanças.
  3. Declaração, devidamente assinada, em como tem conhecimento e aceita os termos das presentes normas.
  4. Na fase de seleção das candidaturas, o Júri poderá exigir a apresentação de outros documentos considerados relevantes, sendo sempre salvaguardada a respetiva confidencialidade.
  5. A não entrega dos documentos referidos é condição suficiente para a não admissão da candidatura.

### **Artigo 13.º**

#### **Atribuição dos espaços**

1. A atribuição de espaços obedece aos critérios e ao processo de seleção das candidaturas apresentadas nos termos do presente Capítulo.
2. A cada projeto selecionado não pode ser cedido mais do que um espaço - gabinete individual.
3. Cada promotor só poderá beneficiar da aprovação de um projeto.

### **Artigo 14.º**

#### **Critérios de avaliação**

1. Os projetos, objeto de candidatura, serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:
  - a) Grau de inovação ou diferenciação do produto/serviço;
  - b) Viabilidade económica do projeto proposto;
  - c) Candidatura a apoios e iniciativas de empreendedorismo aprovadas.
2. A Entidade Gestora, em conjunto com o Júri, definirá a ponderação atribuída aos critérios de avaliação e de desempate.

### **Artigo 15.º**


#### **Júri**

1. As candidaturas apresentadas serão avaliadas por um Júri, composto por três elementos:
  - um representante do Município;
  - um representante do NERBE, enquanto Entidade Gestora;
  - um representante da entidade Co-Gestora.
2. Compete ao Júri propor os projetos selecionados e a sua hierarquização.

### **Artigo 16.º**

#### **Processo de avaliação e decisão**

1. As candidaturas apresentadas serão avaliadas segundo os seguintes critérios:

- 
- a) Empresa formalizada juridicamente;
  - b) Idoneidade do(s) empreendedor(es);
  - c) Plano de negócios formalizado e consistente;
  - d) Razoabilidade e exequibilidade do projeto proposto;
  - e) Produto ou serviço pronto para ser oferecido ao mercado;
  - f) Capacidade técnica do(s) empreendedor(es) no desenvolvimento do projeto;
  - g) Apoios de programas e iniciativas nacionais de inovação e empreendedorismo;
  - h) Criação de sinergias no Concelho.
2. No prazo de quinze dias após a apresentação da candidatura, o Júri deverá agendar, com a empresa candidata à incubação, uma reunião para apresentação presencial do projeto.
  3. No prazo de quinze dias, contados da reunião de apresentação do projeto candidatado, o Júri deve apresentar um relatório final, denominado de "Relatório de Avaliação", contendo uma breve caracterização do(s) projeto(s) apresentado(s) e os motivos de seleção ou de exclusão, em conformidade com os critérios de seleção.
  4. Compete à Entidade Gestora homologar a proposta de decisão, de acordo com o "Relatório de Avaliação" elaborado pelo Júri.
  5. Após homologação, a mesma será comunicada, no prazo máximo de oito dias, por correio eletrónico ao(s) candidato(s).
  6. O processo ficará concluído com a celebração do contrato previsto no Capítulo V das presentes normas.

### **Capítulo III**

#### **Instalações e serviços disponibilizados na Incubadora de Empresas**

##### **Artigo 17.º**

###### **Instalações da Incubadora de Empresas**

1. A «Incubadora» dispõe dos seguintes espaços:
  - a) Espaços de utilização restrita:
    - a1) Gabinetes individuais.
  - b) Espaços de utilização comum:
    - b1) Sala de reuniões;
    - b2) Copa;
    - b3) Instalações sanitárias;
    - b4) Área de receção.
2. O acesso e utilização da sala de reuniões far-se-á mediante o preenchimento de uma requisição, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas relativamente ao dia de utilização pretendido (exceto fins-de-semana e feriados), de acordo com a disponibilidade da mesma, sob pena de se encontrar indisponível.

##### **Artigo 18.º**

###### **Serviços disponibilizados pela Entidade Gestora**

As empresas incubadas têm acesso aos seguintes serviços a disponibilizar, gratuitamente, pela entidade gestora:

- a) Gerais: proporciona o uso e fruição das salas de reuniões, caixa de correio, limpeza do espaço comum e segurança;
- b) Administrativos: compreende, no horário normal de funcionamento, a receção e encaminhamento de chamadas telefónicas, bem como as tarefas do correio;

- c) Institucional: apoio à promoção da empresa incubada, designadamente:
- c1) Divulgação no sítio da internet e restantes meios da Câmara Municipal de Barrancos;
  - c2) Organização e participação em iniciativas em conjunto com a Câmara Municipal de Barrancos.

#### **Artigo 19.º**

##### **Outros apoios a conceder pela Entidade Gestora**

1. Durante o período de incubação são disponibilizados:
  - a) Consumos de eletricidade e água;
  - b) Consumos de internet e comunicações telefónicas até um montante a definir pela entidade gestora.

#### **Capítulo IV**

##### **Contrato**

#### **Artigo 20.º**

##### **Contrato de prestação de serviços**

1. A empresa incubada celebrará um contrato de prestação de serviços de incubação empresarial com a Entidade Gestora.
2. O uso e fruição, quer das instalações, quer dos serviços garantidos pela entidade gestora dependem de prévia celebração do contrato referido no número anterior.

#### **Artigo 21.º**

##### **Prazo do contrato**

O contrato será celebrado pelo prazo de três anos, podendo ser renovável por um ano, desde que se verifique o pressuposto vertido no artigo 6.º, nele constando as obrigações que serão assumidas pelas partes.

#### **Artigo 22.º**


##### **Encargos de Incubação**

1. Os espaços de utilização restrita serão disponibilizados gratuitamente durante o primeiro ano de incubação.
2. Os espaços de utilização restrita serão cobrados no segundo e terceiro ano de incubação, indexados à área ocupada e atendendo ao valor mensal de 2,5€/m<sup>2</sup>, conforme Anexo II.
3. As entidades oficiais não judiciais estão isentas de pagamento.
4. Os valores devidos pela incubação física são respeitantes à utilização dos serviços da Incubadora.
5. Os valores serão fixados anualmente pela Entidade Gestora, em tabela própria, e aplicar-se-ão aos contratos celebrados em data posterior, até ao termo da respetiva produção de efeitos.
6. Os valores serão pagos mensalmente, até ao dia oito do mês a que respeita, sob pena de, em caso de mora, serem devidos juros à taxa legal em vigor, sem prejuízo do direito da Entidade Gestora à resolução dos efeitos do contrato, nos termos das presentes normas de funcionamento.

#### **Artigo 23.º**

##### **Direitos dos Incubados**

1. Os utilizadores da Incubadora têm o direito a:
  - a) Usufruir plenamente do espaço de incubação contratualmente cedido;

- 
- b) Utilizar, sem acréscimo de encargos, os espaços comuns de uso livre e a sala de reuniões, desde que previamente reservada;
  - c) Utilizar os restantes equipamentos e espaços da Incubadora, segundo as condições estabelecidas e de acordo com a tabela de preços em vigor.

#### **Artigo 24.º**

##### **Deveres e obrigações das empresas incubadas**

A empresa incubada manterá com as outras incubadas e com a Entidade Gestora relações de boa convivência cívica, comprometendo-se a garantir, designadamente:

- a) A disciplina do seu pessoal e dos seus clientes e fornecedores;
- b) O uso normal e adequado das instalações cedidas;
- c) O respeito pelas normas de higiene e segurança relevantes para as atividades desenvolvidas nas instalações cedidas;
- d) O bom estado de conservação e funcionamento das instalações cedidas, de forma a devolvê-las à Entidade Gestora em perfeitas condições de reutilização;
- e) A utilizar as instalações cedidas apenas e só para a finalidade e atividade contratualmente estabelecida;
- f) A não permitir a utilização das salas cedidas por elementos estranhos a ela e por outras empresas.

2. Constituem, ainda, obrigações das empresas incubadas:

- a) Assegurar o desenvolvimento das ações e projetos em total conformidade com o contrato e processo de incubação;
- b) Informar semestralmente a Incubadora da execução do projeto;
- c) Assegurar, quando exigível, os necessários licenciamentos ao desenvolvimento da sua atividade;
- d) Proceder ao regular pagamento dos serviços, nos termos contratualmente estabelecidos;
- e) Garantir confidencialidade, quer relativa a informação específica obtida no decorrer das reuniões de trabalho com a Entidade Gestora, quer a obtida no âmbito de qualquer outra atividade exercida nas instalações da Incubadora de Empresas;
- f) Enquanto permanecer nas instalações da Incubadora deverá referir que se localiza e beneficia do apoio da Incubadora, em todo o material de comunicação que editar nos termos a definir no contrato/acordo de incubação;
- g) Respeitar as normas de sinalização estabelecidas pela Incubadora no que respeita à identificação externa da empresa incubada, ficando vedada a utilização de placas, letreiros ou luminosos que estejam em desacordo com os padrões estabelecidos;
- h) Não depositar qualquer objeto nas áreas comuns da Incubadora;
- i) Os Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) ou equivalentes produzidos devem ser acondicionados de acordo com o projeto PAYT em curso;
- j) Permitir o acesso ao pessoal de manutenção das diversas instalações existentes na Incubadora;
- k) Solicitar por escrito à Incubadora, com razoável antecedência, autorização para efetuar ligações de máquinas, aparelhos ou equipamentos, que exijam potência de energia elétrica, consumos de água ou outra utilidade, além do estabelecido;
- l) Não efetuar qualquer ligação de equipamento de tipo industrial que implique aumento de risco e perigosidade;

m) Não efetuar qualquer obra no espaço de incubação, excetuando o caso de necessidade de obras de adaptação, as quais terão de ser previamente autorizadas por escrito pelo Município e pela Entidade Gestora;

n) Proceder à reparação dos prejuízos que venha a causar, à Incubadora ou a terceiros, em decorrência da utilização da estrutura física da Incubadora e dos parceiros, não respondendo a Incubadora por esses prejuízos.

#### **Artigo 25.º**

##### **Obrigações da Incubadora**

Constituem obrigações da Incubadora:

- a) Prestar todo o apoio, em qualidade e em tempo oportuno, quando solicitado pela empresa incubada, no âmbito dos serviços contratualmente estabelecidos;
- b) Encaminhar para a empresa incubada, de forma diligente, toda a correspondência entregue e nas condições em que foi recebida;
- c) Atender e reencaminhar de forma diligente todas as chamadas telefônicas dirigidas para a empresa incubada, bem como atender e reencaminhar os clientes, fornecedores ou visitantes.

#### **Artigo 26º**

##### **Acordo de confidencialidade**

1. A Entidade Gestora compromete-se, durante a vigência da relação iniciada no âmbito da Incubadora a:

- a) Conservar e proteger todas as informações com carácter confidencial que lhe são fornecidas pelos empreendedores no âmbito do projeto a desenvolver na Incubadora de Empresas;
- b) Não utilizar as informações confidenciais com outro fim que não seja a prossecução dos objetivos do projeto;
- c) Não copiar, reproduzir, duplicar, total ou parcialmente, as informações confidenciais, exceto para as partes envolvidas.

2. Todas as informações confidenciais são pertença dos empreendedores e deverão ser-lhe restituídas logo que for solicitado, podendo a Entidade Gestora guardar cópia apenas para questões de registo e arquivo.

3. O empreendedor compromete-se, durante a vigência da relação iniciada no âmbito da Incubadora, a fornecer informações para a divulgação e promoção da sua atividade pela Incubadora e a participar ativamente nas ações de divulgação e promoção organizadas pela Incubadora.

#### **Artigo 27.º**

##### **Salvaguarda da Incubadora**

1. A Incubadora não responde, em nenhuma circunstância, pelas obrigações assumidas pela empresa incubada ou pós-incubada junto de fornecedores, terceiros, colaboradores, nem por impostos ou taxas de qualquer natureza;
2. A Incubadora não possui com os titulares, sócios, trabalhadores ou prestadores de serviços da empresa incubada qualquer vínculo laboral;
3. A Entidade Gestora não assume qualquer responsabilidade por danos causados por terceiros nas instalações da Incubadora, bem como por falhas de energia, comunicações, abastecimento de água ou outros bens.

#### **Artigo 28.º**

##### **Denúncia do contrato**



Os contratos que venham a ser celebrados ao abrigo do presente regulamento poderão ser livremente denunciados por qualquer uma das partes, mediante comunicação dirigida à outra parte, por carta registada com aviso de receção, com 30 dias de antecedência, em relação ao termo do prazo, sem direito a qualquer indemnização.

#### **Artigo 29.º**

##### **Resolução contratual**

A Entidade Gestora reserva-se o direito de, unilateralmente, decretar a resolução do contrato, caso os meios disponibilizados não estejam a ser devidamente utilizados pela empresa ou se verifique alguma situação de incumprimento das obrigações estabelecidas no presente regulamento ou no contrato, nomeadamente quando:

- a) Houver infração a qualquer cláusula contida no contrato de incubação e/ou nestas normas;
- b) Terminar o prazo estabelecido no contrato de incubação;
- c) Houver desvio dos objetivos do projeto candidatado;
- d) Houver insolvência da empresa;
- e) Houver cessão de atividade pela empresa;
- f) Houver o uso indevido de bens e serviços da Incubadora de Empresa;
- g) Os resultados da avaliação realizada pela Entidade Gestora entre as fases de incubação não corresponder aos objetivos da Incubadora.

#### **Capítulo V**

##### **Disposições finais**

#### **Artigo 30.º**

##### **Seguro das instalações**

A empresa incubada deverá contratar um seguro de responsabilidade civil para a cobertura de danos a terceiros, pessoais e materiais decorrentes do exercício da sua atividade ou provocados pelos equipamentos por si instalados no espaço ocupado, sendo condição essencial da celebração do contrato de prestação de serviços previsto no artigo 27.º do presente regulamento, momento em que terá de fazer prova da sua existência.

#### **Artigo 31.º**

##### **Avaliação da Incubadora de Empresas**

No final de cada ano de funcionamento da Incubadora de Empresas, a Entidade Gestora promoverá uma avaliação circunstanciada desta ação, incidindo, obrigatoriamente, nos seguintes aspetos:

- a) Grau de sucesso das empresas incubadas;
- b) Recursos financeiros municipais alocados à Incubadora de Empresas;
- c) Outras incidências;
- d) Eventuais medidas de melhoria a adotar.

#### **Artigo 32.º**

##### **Entrada em vigor**

As presentes normas entram em vigor cinco dias após a publicação na 2.ª série do Diário da República.”

*“TRANSCRIÇÃO DA DECLARAÇÃO DE VOTO DOS MEMBROS DA CDU*

*Declaração de Voto:*



**Ponto nº 9 da Ordem de Trabalhos**

**“APRECIACÃO E APROVAÇÃO DAS NORMAS DE FUNCIONAMENTO DA INCUBADORA DE EMPRESAS DO CONCELHO DE BARRANCOS”**

- Em primeiro lugar, na reunião anterior, realizada em 23.07.2020, foi detetado por nós e assim alertámos, em sede de reunião de Câmara, da existência de incongruências sobre o regulamento apresentado, entre outras e, nomeadamente no artigo nº 5, onde existiam referências ao AVISO Nº ALT20-53-2018-03 do Alentejo 2020, e que não correspondiam ao que efetivamente estava no regulamentado no referido Aviso de concurso. De tal alerta, entre outras, decidiu-se, por unanimidade, retirar a proposta de regulamento da Ordem de Trabalhos.
- Em segundo lugar, o Aviso de Concurso, anteriormente mencionado, na alínea k), do número 6, refere que: “No caso de se tratar de um projeto de criação de IEnt, os mesmos deverão, ..., ser suportados por uma entidade gestora...”.

Atendendo aos factos pelo que o anterior regulamento foi retirado da ordem de trabalhos, hoje, apresenta-se novamente o regulamento com o artigo 5º já retificado.

Tendo e conta os antecedentes, somos a considerar sobre o regulamento agora retificado o seguinte:

1. Consideramos de primordial importância que, todo e qualquer regulamento ou norma que vincule a esta Câmara Municipal deve ter sempre presente o supremo interesse do Município e, em especial, do seu património. Por esse motivo, foi proposto em sede de reunião, alterar o artigo 5º, prevendo duas situações importantíssimas:
  - a) A salvaguarda da gestão da Incubadora de Empresas (IE) pela Câmara Municipal, precavendo quaisquer conflitos futuros consequência de qualquer gestão alheia com efeitos nocivos ou contraproducentes para os interesses patrimoniais do Município e da própria Incubadora de Empresas;
  - b) A possibilidade da gestão ser efetuada por uma entidade Externa, dando assim cumprimento ao estipulado pelo Aviso acima mencionado e, tendo neste caso, a necessidade de se introduzirem as alterações que prevejam e regulamentem como vai ser efetuada essa concessão à Entidade Gestora Externa.
  - c) Criar o artigo como mecanismo temporal, que desse à câmara Municipal, um período de tempo, exemplo 90 dias, para criar as normas, que definissem toda e qualquer procedimento de concessão ou externalização de serviços a entidades terceiras, vinculando assim, futuros procedimentos ao presente regulamento.
2. Partindo do ponto em que a gestão pode ser entregue a uma entidade externa é necessário que se prevejam as condições em que essa concessão ou “transferência de competências” será efetuada e neste caso surgem muitas dúvidas.

Em resumo:

Sabemos da importância deste tipo de equipamentos, ainda que discordemos de algumas questões, nomeadamente localização entre outros aspetos, no entanto, alertámos para que o regulamento fosse elaborado tendo em conta determinadas premissas para que o mesmo pudesse vir a ser aprovado por unanimidade. No entanto, verificamos que o mesmo não apresenta as condições necessárias, e que, em nosso entender, sofre de importantes lacunas e

*juridicamente não oferece garantias resolutivas, por exemplo, no caso de futuros desentendimentos com a entidade Gestora Externa à qual se lhe atribuem todas as competências e sem ter obrigações para com a Entidade que lhe cedeu as competências, isto é, o Município de Barrancos.*

*Ainda que essa externalização de serviços venha a ser aprovado por esta câmara, o presente regulamento deveria incidir sobre o conteúdo do contrato de gestão delegada, a afetação de bens municipais à prestação dos serviços por entidade delegatária, os procedimentos de seleção de candidatos, condições de revisões do futuro contrato, ou equivalente, de gestão delegada ou até mesmo, regulamentar as consequências da revogação do contrato, caderno de encargos para o procedimento e critérios de adjudicação bem como as especificações a que deve obedecer ao futuro contrato, protocolo, parceria, ou equivalente e estabelecer o cumprimento de deveres e obrigações gerais entre a entidade Gestora Externa e o Município, entre outros. Em suma, e em nosso entender, o presente regulamento deveria essencialmente regulamentar três situações: a) O Modelo de gestão delegada b) As normas de funcionamento da Incubadora de Empresas, tendo em conta a delegação da gestão e c) Mecanismos de supervisão e fiscalização, modificação e resolução do contrato, ou equivalente, de procedimento escolhido para a delegação do serviço de gestão à Entidade Externa, ainda que, o mesmo venha a ser na forma de parceria ou protocolo.*

*Solicitávamos, portanto, especificações regulamentares que melhorassem e adequassem o procedimento à legislação em vigor e que, ao mesmo tempo, salvaguardassem a posição patrimonial e o supremo interesse Municipal.*

*Face ao exposto, em nosso entender, considerando que o presente regulamento não reúne condições, decidimos votar **CONTRA** a presente proposta de Apreciação e Aprovação das Normas de Funcionamento da Incubadora de Empresas do Concelho de Barrancos”*

*(Aprovada em minuta - doc. nove da pasta anexa).*

**Deliberação n.º 092/CM/2020 – Apreciação e Aprovação da Delegação na Resialentejo, da Elaboração do Estudo de Implementação da Gestão de Biorresíduos:** Para que possamos atingir as metas exigidas pelo PERSU 2020 e pelas Diretivas Europeias é imperioso que seja definida uma estratégia para a gestão integrada dos Biorresíduos na nossa região.

No seguimento das principais linhas da estratégia nacional para a gestão dos biorresíduos (em anexo), entre outros aspetos, os Municípios tem de definir, até ao final de 2021, as medidas necessárias para assegurar que estes resíduos são objeto de recolha e valorização.

O Fundo Ambiental lançou o aviso para apoio aos Municípios para o desenvolvimento de sistemas de recolha de biorresíduos. Assim, os municípios terão de identificar as melhores soluções a implementar com vista a assegurar que os mesmos são separados e reciclados na origem ou recolhidos seletivamente com a máxima eficiência pelos sistemas em baixa e devidamente encaminhados para tratamento nas infraestruturas dos sistemas em alta.

Sendo a RESIALENTEJO a entidade responsável pela gestão intermunicipal dos resíduos, no Baixo Alentejo, onde o Município de Barrancos se integra, e pelo vasto conhecimento técnico que detém, a candidatura ao estudo de implementação da gestão de Biorresíduos tem toda a razão para ser elaborada por esta entidade.

A dotação por município é de 5000€, sendo o financiamento aprovado atribuído na totalidade com a assinatura do contrato.

Assim, considerando as razões expostas, as suas vantagens e a importância do projeto, sob proposta do seu Presidente, a Câmara Municipal, deliberou por maioria, com duas abstenções dos membros da CDU e três votos a favor dos membros do PS, aprovar, a delegação, na RESIALENTEJO – Tratamento e Valorização de Resíduos, E.I.M., a elaboração do estudo para a implementação e gestão de biorresíduos, com o objetivo específico de apresentar candidatura ao Fundo Ambiental.

(Aprovada em minuta - doc. dez da pasta anexa).

**Deliberação n.º 093/CM/2020 – APRECIACÃO E DECISÃO SOBRE DIREITO DE PREFERÊNCIA - Rua de São Sebastião, n.º 3:** Submetido à votação, a Câmara Municipal de Barrancos, deliberou por unanimidade, aprovar, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, declara esta Câmara Municipal, que o Município de Barrancos, não pretende exercer o direito de preferência na venda do imóvel sito na Rua de S. Sebastião, n.º 3 – 1.º Fração B, freguesia de Barrancos, descrito na Conservatória do Registo Predial de Barrancos sob o artigo 1702, pelo preço de €5.000,00.

(Aprovada em minuta - doc. onze da pasta anexa).

**Deliberação n.º 094/CM/2020 – APRECIACÃO E DECISÃO SOBRE O PROCESSO DE OBRAS PARTICULARES:** Após análise ao respetivo processo, o mesmo mereceu a seguinte decisão conforme a seguir se indica:

a) **Processo n.º 04/2020 – Maria Vitória Costa Almeida Cardeno**, aprovado por unanimidade, com base na Informação n.º 082/2020/UOSU, de 03/08, o Projeto de Arquitetura e o Projeto de Especialidade (Estabilidade), respeitante à Alteração - Substituição de Cobertura, no prédio urbano sito na Rua 25 de Abril, n.º 24, em Barrancos, descrito na Conservatória do Registo Predial de Barrancos sob o n.º 50/19850510, artigo n.º 776, Licenciamento Final;

b) **Processo n.º 18/2020 – PétalaRainha, Lda**, aprovado por unanimidade, com base na Informação n.º 083/2020/UOSU, de 07/08, o Projeto de Arquitetura, respeitante à Construção de Alpendre/Telheiro Agrícola, no prédio rústico sito em S. Bento, em Barrancos, descrito na Conservatória do Registo Predial de Barrancos sob o n.º 646/19900112, artigo n.º 319 – Seção U, sendo fixado o prazo de seis meses para a apresentação dos respetivos processos de especialidades.

(Aprovada em minuta - doc. doze e treze da pasta anexa).

**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, da qual, para constar se lavrou a presente ata, que eu, Francisco José Pelicano Rúbio, técnico superior, da secção de recursos humanos e administração geral da UAF, designado para o efeito, nos termos do n.º 2 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 18 de setembro, subscrevi e assino juntamente com o senhor Presidente.

O PRESIDENTE

  
(João António Serranito Nunes)

O SECRETÁRIO

  
(Francisco José Pelicano Rúbio)